



Análise Social, 257, LX (4.º), 2025, 2-11

Entre passado, presente e futuro: uma reflexão sobre a ciência política e a democracia portuguesa. Este artigo analisa criticamente a relação entre a evolução da ciência política portuguesa e a trajetória da democracia iniciada com o 25 de Abril. Argumenta-se que, apesar da sua consolidação e internacionalização, as origens da disciplina continuam a ser uma mais-valia, sobretudo no diálogo com outras áreas e na centralidade do caso português. O texto discute ainda desafios atuais, como o predomínio quantitativista que limita a inovação teórica, e propõe caminhos que preservem a identidade disciplinar, promovendo simultaneamente maior diálogo internacional e interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: ciência política, transição democrática, interdisciplinaridade, análise comparativa, Portugal.

Between past, present and future: a reflection on political science and Portuguese democracy. This article critically analyzes the relationship between the evolution of Portuguese political science and the trajectory of democracy that began with the April 25 revolution. It argues that, despite its consolidation and internationalization, the origins of the discipline continue to be an asset, especially in dialogue with other areas and in the centrality of the Portuguese case. The text also discusses current challenges, such as the quantitative predominance that limits theoretical innovation, and proposes ways to preserve the disciplinary identity while promoting greater international and interdisciplinary dialogue.

KEYWORDS: political science, democratic transition, interdisciplinarity, comparative analysis, Portugal.

<https://doi.org/10.31447/44066> | e44066

MARCO LISI

Entre passado, presente e futuro: uma reflexão sobre a ciência política e a democracia portuguesa

A consolidação da ciência política como disciplina autónoma em Portugal está intrinsecamente ligada ao processo de democratização iniciado com a Revolução dos Cravos em 1974. Este vínculo temporal não é meramente circunstancial: ele representa uma simbiose entre o desenvolvimento institucional da disciplina e o seu objeto de estudo primordial – a própria democracia portuguesa. Cinquenta anos após a instauração do regime democrático, torna-se pertinente e necessário realizar uma reflexão sobre como tem evoluído a ciência política portuguesa e como, simultaneamente, tem interpretado e analisado a construção do novo regime democrático. Este contributo propõe um duplo exercício analítico: por um lado, procura pensar criticamente o modo como a ciência política tem analisado a evolução do regime pós-25 de Abril e o impacto desse processo na própria disciplina; por outro lado, propõe refletir sobre a trajetória epistemológica e metodológica da ciência política em Portugal, identificando as suas principais tendências, em particular as suas abordagens metodológicas e temáticas predominantes. Esta dupla perspetiva permite-nos não apenas mapear o desenvolvimento da disciplina, mas também compreender os modos como o conhecimento científico pode dialogar com as transformações políticas e sociais do país.

A INSTAURAÇÃO DA DEMOCRACIA E A AFIRMAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA EM PORTUGAL

A ciência política portuguesa apresenta uma característica distintiva que tem persistido ao longo das décadas: a centralidade do caso português como objeto privilegiado de investigação. Esta focagem não representa uma limitação, mas antes uma marca identitária que reflete a profunda ligação entre o desenvolvimento da disciplina e a evolução da própria democracia portuguesa. O período

da transição democrática, em particular, deixou uma marca indelével tanto no sistema político como na forma como este tem sido estudado e interpretado pelos cientistas políticos portugueses (Fishman, 2022).

Inicialmente, o processo de democratização subsequente ao 25 de Abril suscitou o interesse de cientistas sociais estrangeiros, que identificaram no caso português um “laboratório” privilegiado para testar teorias e desenvolver novos marcos analíticos e conceptuais. Muitos destes autores construíram a sua aproximação ao caso português através da análise do regime autoritário brasileiro, como se verifica de forma paradigmática nos trabalhos de Philippe Schmitter (1999), Thomas Bruneau (1986), Walter C. Opello (1985), Howard Wiarda (1977) e Lawrence Graham (Graham e Makler, 1979).

A persistência desta identidade resulta, em grande medida, da singularidade e da riqueza analítica que o processo de democratização português oferece. A Revolução dos Cravos e o subsequente processo de consolidação democrática geraram um espaço único de inovação política, cujas dinâmicas, tensões e transformações continuam a fornecer material valioso para a análise política (Fernandes, 2024). Deste ponto de vista, a crise do Estado e os processos de mobilização política e social constituíram talvez as marcas mais evidentes da transição para democracia. Esta herança histórica moldou não apenas as instituições políticas do país, mas também as lentes através das quais os investigadores portugueses observaram e interpretaram a realidade política nacional. Temas como a participação política, os partidos, as instituições representativas e as eleições têm constituído temas centrais da investigação da ciência política ao longo do período democrático (Camerlo, Malamud e Vaz-Pinto, 2020).

A transição democrática teve um impacto profundo na génese da ciência política em Portugal, estimulando duas linhas de investigação fundamentais. Primeiro, os investigadores concentraram-se na análise das novas instituições democráticas. Deste ponto de vista, desenvolveram abordagens predominantemente qualitativas e institucionalistas, com estudos importantes sobre o sistema partidário (Aguiar, 1983; Sousa, 1983), a participação política e as instituições representativas (ver, entre outros, Braga da Cruz, 1995), especificamente o parlamento e os sistemas eleitorais (Coelho, 1989). Em segundo lugar, emergiram investigações sobre o Estado Novo. Estes estudos, embora inicialmente com uma abordagem predominantemente longitudinal e institucional, procuravam ir além da simples contraposição com as instituições democráticas. Adotaram, progressivamente, um carácter mais analítico e comparativo, situando o caso português num contexto mais amplo (por exemplo, Braga da Cruz, 1980; Costa Pinto, 1992, 1994; Martins, 1998). O papel dos militares na democratização foi também um tema crucial associado à democratização

portuguesa, examinado nos estudos pioneiros de Maria Carrilho (veja-se, por exemplo, Carrilho, 1985). Esta dupla perspetiva – de análise institucional das novas estruturas democráticas e de compreensão crítica do regime anterior – revelou-se fundamental para o desenvolvimento da ciência política portuguesa, caracterizando-a por um enfoque histórico e multidimensional.

Outro traço distintivo da disciplina relaciona-se com a interdisciplinaridade. O desenvolvimento da ciência política foi marcado por contributos significativos de cientistas sociais com formações diversificadas, que trouxeram perspetivas inovadoras para a análise política. Contributos seminais de diferentes áreas disciplinares enriqueceram a disciplina. A marca sociológica foi particularmente relevante, com investigadores a desenvolverem trabalhos fundamentais no cruzamento entre a sociologia política e a história. Estes estudos proporcionaram conhecimentos importantes sobre as dinâmicas das políticas públicas e da sociedade civil portuguesa (por exemplo, Barreto, 2017; Cabral, 1983), ou sobre as elites políticas (Viegas, 1996; Tavares de Almeida et al., 2006). Além disso, os trabalhos de Jorge Gaspar sobre a geografia eleitoral foram pioneiros na compreensão moderna do comportamento eleitoral (Gaspar e Vitorino, 1976; Gaspar e André, 1989). Simultaneamente, investigadores especializados em psicologia social desenvolveram estudos basilares sobre cultura política, expandindo significativamente o campo de análise (Vala, 1986; 1988). A pluralidade de abordagens e teorias tornou-se uma marca identitária da disciplina, reflexo de uma comunidade científica diversa e interdisciplinar que emergiu no contexto do novo regime democrático.

No início do novo milénio, a ciência política portuguesa consolidou a sua presença no panorama académico internacional, desenvolvendo diálogos mais estreitos com abordagens e perspetivas da ciência política contemporânea. Esta evolução pode ser entendida como resultado de um processo de internacionalização e profissionalização que se intensificou nas últimas décadas (Camerlo, Homem Cristo e Koçak, 2015). Em primeiro lugar, a integração europeia impulsionou a harmonização de currículos e práticas de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, incluindo a ciência política. Esta crescente abertura resultou no reforço da cooperação entre cientistas políticos portugueses e colegas de outras universidades europeias. Esta colaboração tem enriquecido a produção científica nacional, diversificando os eixos temáticos da disciplina, mas também tem propiciado um diálogo académico mais profundo e horizontal com comunidades científicas de países com tradições de investigação política mais longevas, nomeadamente a Alemanha e o Reino Unido (ver, entre outros, Fernandes, Costa Pinto e Magalhães, 2022).

Em segundo lugar, importa salientar a progressiva diversificação e sofisticação metodológica da produção científica portuguesa, em sintonia com

as tendências contemporâneas da investigação na área. Depois da fase de arranque da disciplina, a ciência política em Portugal passou a adotar metodologias quantitativas, impulsionada pelo acesso a bases de dados e pela formação em técnicas de análise avançadas.¹ Esta mudança metodológica reflete uma adaptação aos padrões da investigação a nível internacional, com o aumento da produção de estudos que empregam métodos comparativos e análise de dados longitudinais.

A crescente sofisticação das técnicas quantitativas e a disponibilidade de dados cada vez mais abundantes têm conduzido a ciência política por um caminho marcadamente empiricista, onde a ênfase na análise quantitativa e na abordagem baseada em dados (*data-driven*) tem progressivamente eclipsado o papel fundamental da inovação teórica, bem como o papel da componente histórica para a análise dos processos políticos. Esta viragem quantitativista, embora tenha contribuído para um maior rigor metodológico e uma base empírica mais sólida, tem paradoxalmente limitado a capacidade da disciplina para desenvolver novos quadros conceptuais e teóricos que possam efetivamente conferir sentido à complexidade dos fenómenos políticos contemporâneos. O predomínio de investigações orientadas primariamente pelos dados disponíveis, em detrimento de questões teoricamente relevantes, tem resultado numa acumulação significativa de evidência empírica que, não raramente, carece de um enquadramento teórico inovador que lhe dê significado e relevância. Este desequilíbrio entre sofisticação metodológica e desenvolvimento teórico arrisca transformar a ciência política numa disciplina tecnicamente competente, mas teoricamente estéril, incapaz de oferecer novas perspetivas interpretativas sobre as transformações fundamentais que a democracia portuguesa tem experimentado ao longo das últimas décadas.

O atual contexto académico global apresenta à ciência política portuguesa um desafio crucial: como preservar esta identidade distintiva enquanto se promove uma maior internacionalização da disciplina? A resposta parece residir na capacidade de transformar o conhecimento aprofundado sobre o caso português num ativo valioso para a inovação teórica e o debate internacional. O sistema político português oferece perspetivas únicas sobre processos de democratização, transformação institucional e adaptação política que transcendem as fronteiras nacionais e podem enriquecer significativamente o conhecimento comparado.

1 Embora seja impossível mencionar todos os trabalhos relevantes dentro desta abordagem, destaco dois projetos que sobressaem pela sua duração e abrangência: o projeto sobre comportamento eleitoral, sediado no ICS-ULisboa, e os projetos sobre representação política liderados por André Freire no ISCTE-IUL.

A crescente internacionalização não implica necessariamente abandonar o foco no caso português, mas antes reposicioná-lo num contexto mais amplo, estabelecendo pontes entre o particular e o universal. Trata-se de demonstrar a forma como as especificidades da experiência portuguesa podem contribuir para a compreensão de fenómenos políticos mais abrangentes, desde a qualidade da democracia ou os processos de transformação institucional até à digitalização da esfera pública. Ao fazê-lo, a ciência política portuguesa poderá não apenas preservar a sua identidade própria, mas também ampliar a sua relevância e impacto na comunidade académica internacional.

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS TRADICIONAIS: LIÇÕES DO PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

Embora a crescente internacionalização traga inúmeros benefícios, o futuro da ciência política enfrenta desafios significativos, tanto no que se refere às abordagens metodológicas quanto à definição e exploração dos temas de investigação. Um primeiro desafio consiste em continuar a olhar para a evolução da democracia portuguesa de forma dinâmica, não apenas considerando os fenómenos e tendências do presente, mas também os traços de continuidade e descontinuidade em relação ao passado. É importante uma recolha sistemática de dados que permita mapear a transformação longitudinal do sistema político português, distinguindo as mudanças de curto prazo das alterações de longa duração. Neste sentido, existe o risco de que os temas emergentes e os problemas políticos conjunturais venham a dominar a agenda política, em detrimento da análise de fenómenos estruturais e de longo prazo. A sedução exercida pelos tópicos da atualidade, muitas vezes com forte apelo mediático e político, pode levar a uma certa “miopia” da investigação, concentrada em responder a necessidades imediatas e a modas passageiras, em prejuízo de uma compreensão mais profunda e duradoura dos processos políticos.

Do ponto de vista temático, apesar dos significativos progressos da disciplina e da expansão e consolidação dos principais campos de estudo, é igualmente importante destacar e valorizar certas linhas de investigação que surgiram no contexto criativo associado ao processo de democratização. Por outras palavras, é fundamental ressaltar temas ligados à tradição anterior que, ao serem explorados, podem valorizar os estudos pioneiros sobre a democracia portuguesa, fortalecendo assim a originalidade da ciência política desenvolvida em Portugal. A questão das diferentes formas de participação poderia ser examinada através do método etnográfico (a nível da militância partidária ou dos movimentos políticos, por exemplo) ou pela análise de processos de

democracia direta no contexto local. O estudo da cultura política, por sua vez, ganharia com uma abordagem alinhada com a tradição da psicologia social, utilizando desenhos de pesquisa baseados em métodos experimentais. Já a análise dos grupos de interesse e da influência dessas organizações no processo de tomada de decisão emerge como um tema que se conecta diretamente com a tradição da primeira vaga de democratização (por exemplo, Lucena e Gaspar, 1991).

A nível metodológico, o principal desafio da ciência política está na incorporação de uma maior interdisciplinaridade, refletindo uma tendência crescente da ciência política internacional nesse sentido. Questões complexas, como as políticas identitárias e o impacto das novas tecnologias nos regimes políticos (democráticos e não democráticos), exigem diálogo com áreas como a sociologia, a psicologia, a economia e as ciências da comunicação. Esta interdisciplinaridade permite um entendimento mais aprofundado das dinâmicas políticas contemporâneas, mas também desafia os cientistas políticos a dominarem conceitos e métodos de outras disciplinas.

Por exemplo, no que diz respeito às políticas identitárias, que envolvem questões de género, etnicidade e orientação sexual, é frequentemente necessária uma perspetiva interseccional que beneficia dos olhares de outros domínios das ciências sociais e humanas. Este tema revela dinâmicas políticas que muitas vezes se dão à margem das instituições tradicionais e requerem uma análise que considere não apenas a interseção entre identidades e poder político, mas também abordagens sensíveis às questões de representatividade e direitos humanos próprias do direito, da sociologia ou da antropologia.

Outro exemplo baseia-se no contributo crescente da ciência de dados para a análise de fenómenos políticos, nomeadamente para interpretar o impacto das novas tecnologias, incluindo o uso de *big data* e algoritmos, no comportamento político e na governação. Estes estudos frequentemente demandam o desenvolvimento de novas metodologias e uma compreensão aprofundada das implicações sociais e políticas das tecnologias digitais.

Com o avanço da internacionalização, as exigências em termos de rigor metodológico e a necessidade de produzir pesquisas de impacto no cenário global intensificam-se, exigindo dos cientistas políticos portugueses uma adaptação constante às tendências mais inovadoras e relevantes na disciplina. Deste ponto de vista, outro desafio refere-se ao uso crescente de métodos mistos, que combinam abordagens qualitativas e quantitativas para oferecer uma análise mais completa dos fenómenos políticos. Esta prática, comum na atual ciência política internacional, exige que os investigadores estejam capacitados para transitar entre técnicas quantitativas rigorosas e métodos qualitativos, como a análise de discurso ou a etnografia. A ciência política em Portugal enfrenta

o duplo desafio de conseguir ampliar a sua especialização metodológica para incluir técnicas e métodos quantitativos mais sofisticados computacionalmente e de, ao mesmo tempo, conseguir preservar e até aprofundar a utilização de métodos de análise qualitativa e de análise histórica.

A importância renovada deste tipo de abordagem também se destaca especialmente em temas nos quais a profundidade contextual e o entendimento dos significados subjetivos são cruciais. A análise qualitativa permite uma visão detalhada das percepções dos atores políticos e das dinâmicas informais que influenciam as estruturas de poder, proporcionando uma perspectiva complementar aos dados quantitativos. Este desafio é particularmente relevante para Portugal, onde os estudos qualitativos já possuem uma forte tradição, sendo que precisam agora de demonstrar a sua relevância e rigor científico num cenário internacional que valoriza, cada vez mais, a replicabilidade e a transparência dos métodos. Os métodos de etnografia digital constituem um exemplo de uma abordagem potencialmente inovadora para os cientistas políticos em Portugal que pretendam examinar quer temas “clássicos”, quer “novos” tópicos de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência política portuguesa possui uma identidade ainda fortemente marcada pelo seu objeto de estudo privilegiado, nomeadamente a evolução da democracia e as suas principais características institucionais. Após os estudos sobre o processo de democratização, esta linha de investigação progrediu com os estudos sobre consolidação democrática e, mais recentemente, sobre a qualidade da democracia. Simultaneamente, a abordagem institucional expandiu-se, aplicando-se não apenas ao parlamento e aos estudos eleitorais, mas também ao semipresidencialismo e aos partidos políticos.

Este enfoque, longe de ser uma limitação, representa um legado importante que pode e deve ser aproveitado de forma construtiva para impulsionar a inovação na disciplina. Neste sentido, a análise da mudança política pode reposicionar a singularidade do caso português num quadro comparativo mais amplo. Além disso, manter presente o legado do passado implica não gerar barreiras estéreis entre as diversas áreas das ciências sociais e humanas. Isso envolve recuperar e adaptar o espírito de interdisciplinaridade característico da primeira fase de afirmação da ciência política em Portugal. Afinal, fenómenos sociais e políticos complexos requerem diferentes lentes teóricas e metodológicas para serem adequadamente compreendidos. A integração de perspectivas de campos como a sociologia, a antropologia, a economia e a história enriquece a análise e permite captar a multidimensionalidade dos

objetos de estudo da ciência política. Longe de constituir um fator limitador, o legado do passado pode, assim, ser mobilizado de forma crítica e criativa para impulsionar a ciência política portuguesa rumo a novos horizontes de conhecimento e relevância internacional. Trata-se de um desafio estimulante que exige imaginação e abertura ao diálogo, mas que, se for bem-sucedido, reforçará a identidade e o impacto da disciplina no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, J. (1983), *A Ilusão do Poder: Análise do Sistema Partidário Português, 1976-1982*, Lisboa, Dom Quixote.
- BARRETO, A. (2017), *Anatomia de Uma Revolução*, Lisboa, Dom Quixote.
- BRAGA DA CRUZ, M. (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- BRAGA DA CRUZ, M. (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand.
- BRUNEAU, T. C. (1986), *Politics in Contemporary Portugal: Parties and the Consolidation of Democracy*, Boulder, CO, Lynne Rienner.
- CABRAL, M. V. (1983), “A ‘Segunda República’ portuguesa numa perspectiva histórica”. *Análise Social*, XIX (75), pp. 127-142.
- CAMERLO, M., HOMEM CRISTO, A., KOÇAK, C. (2015), “Ciência Política em Portugal. O balanço de uma experiência recente”. In C. Pequito Teixeira (org.), *O Sistema Político em Portugal numa Perspetiva Comparada*, Cascais, Principia, pp. 265-278.
- CAMERLO, M., MALAMUD, A., VAZ-PINTO, R. (2020), *Ciência Política à Portuguesa. A Disciplina Contada pelos Seus Protagonistas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CARRILHO, M. (1985), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século xx*, Lisboa, INCM.
- COELHO, M. BAPTISTA, (ed.) (1989), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FERNANDES, J. M., COSTA PINTO, A., MAGALHÃES, P. C. (2022), *Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- FERNANDES, T. (2024), *Portugal, 1974-1975: Revolução, Contrarrevolução e Democracia*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FISHMAN, R. M. (2022), “From problematic laggard to star of the South? The comparative significance of the Portuguese case”. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães e A. Costa Pinto (eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 3-17.
- GASPAR, J., ANDRÉ, I. (1989), “Portugal-geografia eleitoral: 1975 e 1987”. In Mário Baptista Coelho (ed.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 257-277.
- GASPAR, J., VITORINO, N. (1976), *As Eleições de 25 de Abril: Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GRAHAM, L. S., MAKLER, H. M. (ed.) (1979), *Contemporary Portugal*, Austin, University of Texas Press.

- LUCENA, M., GASPAR, C. (1991), “Metamorfoses corporais?: associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (II)”. *Análise Social*, xxvi (114), n.º 5, pp. 847-903.
- MARTINS, H. (1998), *Poder, Classe e Status*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- OPELLO, W. C. (1985), *Portugal's Political Development: A Comparative Approach*, Londres, Routledge.
- PINTO, A. C. (1992), *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Estampa.
- PINTO, A. C. (1994), *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Estampa.
- PRITONI, A., GALANTI, M. (2023), “The advisory roles of political scientists in Southern Europe. An empirical classification”. *Pôle Sud*, 59 (2), pp. 73-87.
- SCHMITTER, P. C. (1999), *Portugal. Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SOUSA, M. R. (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.
- TAVARES DE ALMEIDA, P., COSTA PINTO, A., BERMEO, N. (orgs.) (2006), *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VALA, J. (1988), “Identidades sociais e representações sociais sobre o poder: para um entendimento das culturas políticas em Portugal”. *Revista de Ciência Política*, 7-8, pp. 5-23.
- VALA, J. (1986), “Perspectivas psicoculturais e psicossociais e estudo das culturas políticas na sociedade portuguesa”. *Revista de Ciência Política*, 4, pp. 23-35.
- VIEGAS, J. M. L. (1996), *Nacionalizações e Privatizações. Elites e Cultura Política na História Recente de Portugal*, Oeiras, Celta.
- WIARDA, H. J. (1977), *Corporatism and Development: The Portuguese Experience*, Amherst, MA, University of Massachusetts Press.

Recebido a 14-11-2024. Aprovado para publicação a 18-06-2025.

LISI, M. (2025), “Entre passado, presente e futuro: uma reflexão sobre a ciência política e a democracia portuguesa”. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44067. <https://doi.org/10.31447/44067>.

Marco Lisi » marcolisi@fcsh.unl.pt » Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) » Rua de D. Estefânia, 195, 5.º D.º — 1000-155 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-9833-0347>.
